

**Distante de Roquette-Pinto, mas perto de quê?
Características básicas da programação do rádio
educativo no Brasil**

**Distante de Roquette-Pinto, ¿pero cerca de qué?
Características básicas de la programación de la radio
educativa en Brasil**

**Far away from Roquette-Pinto, but close to what? Basic
structure of the programs of educational radio in Brazil**

Octavio Penna Pieranti

Doutor em Administração, com pós-doutorado em Comunicação (FAC/UnB). Professor do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Tecnologia - Mestrado (PPG-MiT) da FAAC/Unesp. Pesquisador emérito do Núcleo de Estudos em Administração Brasileira (Abrás/UFF).

Contato: octavio.pieranti@gmail.com

Elza Maria Del Negro B. Fernandes

Engenheira Eletricista (UnB) e Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Contato: elza.dnbfernandes@gmail.com

Leticia Ribeiro Cardoso

Engenheira Eletricista (UnB).

Contato: leticiarc@gmail.com

Artigo submetido em 14/3/2018

Aprovado em 20/8/2018



Resumo

A história do rádio educativo confunde-se com a própria história do rádio no Brasil. Desde a década de 1920, consolidou-se um conceito teórico de ênfase no papel desse meio como elemento para a educação. Aos poucos, essa perspectiva foi ampliada e o rádio educativo passou a ser visto como importante para a formação crítica e a construção da cidadania. Nem sempre, porém, essas construções teóricas são condizentes com a situação real. Este artigo avalia o cenário do rádio educativo a partir da análise da programação veiculada por 380 emissoras em funcionamento no país.

Palavras-chave: Rádio educativo. Radiodifusão. Programação.

Resumen

La historia de la radio educativa se confunde con la propia historia de la radio en Brasil. Desde la década de 1920, se consolidó un concepto teórico de énfasis en el papel de ese medio como elemento para la educación. Esa perspectiva fue ampliada y la radio educativa pasó a ser vista como importante para la formación crítica y la construcción de la ciudadanía. No siempre, sin embargo, estas construcciones teóricas están de acuerdo con la situación real. Este artículo evalúa el escenario de la radio educativa, a partir del análisis de la programación vehiculada por 380 emisoras en funcionamiento en el país.

Palabras clave: Radio educativa. Radiodifusión. Programación.

Abstract

The history of educational radio and the history of radio in Brazil are partly coincident. Since the 1920s, a theoretical concept of emphasis on the role of this media for education has been consolidated. Gradually, this perspective has been transformed and educational radio has come to be seen as important for the critical formation and the construction of citizenship. However, these theoretical concepts are not always consistent with the real situation. This article evaluates the educational radio scenario, based on the analysis of the programs of 380 stations in operation in the country.

Keywords: Educational radio. Broadcasting. Programs.

Introdução

A história da radiodifusão educativa confunde-se com a própria história do rádio brasileiro. Seria possível dizer que nasceram juntos. Edgar Roquette-Pinto, cientista, educador e profissional atuante em diversas áreas, fundou a primeira emissora com a firme crença de que ela seria meio fundamental para a educação da sociedade. Assim, nasceu, com o patrocínio da Academia Brasileira de Ciências, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, em 1923, depois de transmissões experimentais no ano anterior. Em 1936, Roquette-Pinto e os demais pioneiros dessa empreitada decidiram doá-la ao Ministério da Educação e Saúde, desde que esse se comprometesse a não utilizá-la para fins de propaganda política (MILANEZ, 2007a). A emissora funciona até o presente, gerida pela EBC, com o nome de Rádio MEC.

Seria, contudo, impreciso dizer que a radiodifusão educativa originou-se àquela época, já que o serviço, com esse nome, seria criado apenas posteriormente. Normalmente, o Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, é apontado como o marco legal seminal da radiodifusão educativa no Brasil.

Também aí não nasceu formalmente o rádio educativo. É verdade que esse Decreto-lei estabeleceu as bases para a radiodifusão educativa, mas ele apenas cita a TV educativa. Os primeiros instrumentos normativos a disciplinarem efetivamente a outorga e o funcionamento do rádio educativo foram portarias do Ministério das Comunicações publicadas anos depois.

Ou seja: o rádio educativo funciona, no país, há quase cem anos, mas o Estado só tratou desse meio, objeto de tantas especificidades, em décadas recentes. De forma resumida, o rádio educativo desenvolveu-se, assim, em um cenário de regras tardias, eventualmente adaptadas da TV educativa, com a inspiração inicial de valores importantes para qualquer sociedade democrática. Se, por um lado, esse pano de fundo talvez possa valorizar o pioneirismo e a inovação, simultaneamente, abre as portas para situações que fogem do espírito original. Este artigo tem o objetivo de tratar deste contexto, avaliando o cenário atual do rádio educativo no Brasil a partir de características básicas da programação veiculada pelas emissoras detentoras de outorga, o que guarda relação, como se verá, com a estrutura de propriedade dessas estações.

Por fim, é importante ressaltar, nesta Introdução, que este artigo pode ser encarado como o capítulo final de uma “trilogia” publicada, na íntegra, nesta revista. Na primeira parte, um dos autores abordou a transformação no perfil das novas outorgas de emissoras de radiodifusão educativa durante o governo de Dilma Rousseff, como consequência da definição de novas regras para garantir a prioridade de entidades públicas na execução desse serviço (PIERANTI, 2016). A seguir, dois dos autores trataram da TV educativa, ao analisar a programação veiculada pelas emissoras (PIERANTI; FERNANDES, 2017) – perspectiva similar, portanto, à adotada neste artigo para tratar do rádio. Quando necessário, serão retomadas, nas seções que seguem, observações advindas desses trabalhos anteriores.

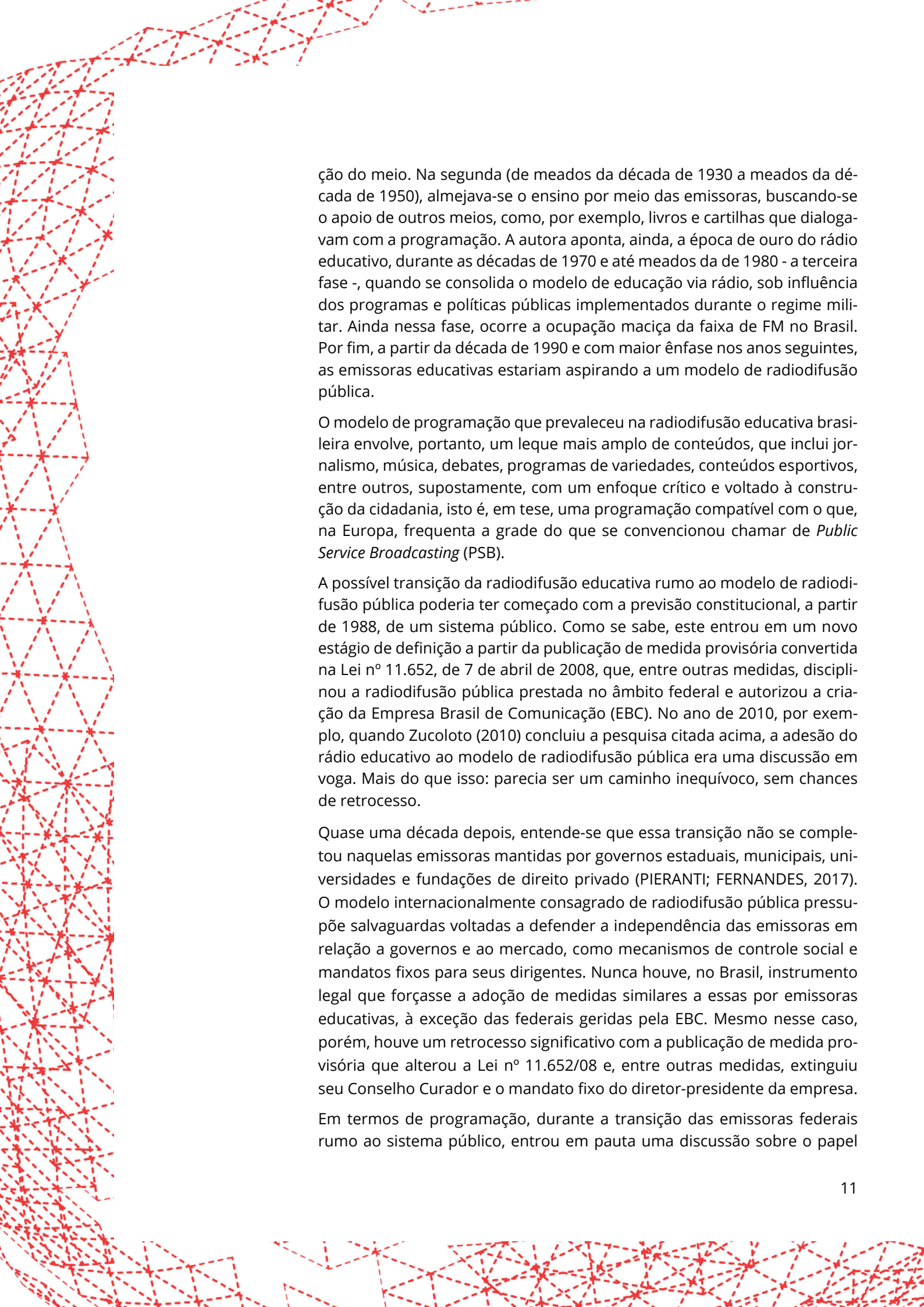
Como deve ser a programação do rádio educativo?

Do ponto de vista legal, a programação do rádio educativo segue os mesmos parâmetros válidos para emissoras de TV que exploram esse serviço. A Portaria MC nº 4.335, de 19 de setembro de 2015, que disciplina os serviços de radiodifusão educativa, estabelece como princípios da programação: a cooperação com processos educacionais e de formação crítica, a promoção da cultura nacional e regional e da produção independente, o respeito aos direitos humanos, a não discriminação religiosa e político-partidária, entre outros pontos. Veda, ainda, em seu art. 3º, §1º, o proselitismo de qualquer sorte, mas não define o que esse conceito efetivamente significa. Essa imprecisão acarreta dificuldades na aplicação do termo. Por exemplo: a defesa de um político, em um programa jornalístico, de forma recorrente, seria proselitismo? E quais são os limites para veiculação de programação religiosa sem incorrer em proselitismo?

Esses princípios vão além daqueles originalmente estabelecidos no Decreto-lei nº 236 de 1967. Como já mencionado, esse instrumento normativo aplicava-se à TV educativa, mas serviu de base para inspirar a execução de serviço semelhante no meio rádio.

À época, imaginava-se a TV educativa como elemento essencial do processo de “teleducação”, ou seja, idealizava-se o uso do meio TV para a veiculação de aulas, palestras e debates, o que a caracterizaria como apoio ao processo de educação formal. Esse uso foi amparado por uma série de políticas públicas formuladas e (parcialmente) implementadas pelo regime militar. Nessa lista, estavam o Programa Nacional de Teleducação (Prontel), disciplinado em decreto de 1972, constando: a reserva de canais para novas emissoras educativas, planos (frustrados) de investimento em um satélite doméstico voltado à transmissão de conteúdos educativos, e, ainda, o Projeto Minerva - curso supletivo existente até a década de 1990, quando já era conhecido como “Projeto me Enerva” (OLIVEIRA, 1992, 2006; BUCCI, 2008; PIERANTI, 2011). Na programação de algumas emissoras educativas, chegaram a ser desenvolvidas experiências do modelo de “teleaulas”, como, por exemplo, na TV Educativa do Maranhão. Essa emissora, vinculada ao governo estadual até a década de 1980 e, depois, federalizada, mantinha, inclusive, funcionários que atuavam como monitores em salas de aula, onde eram veiculadas as “teleaulas” (MILANEZ, 2007b). Essa abordagem perdeu relevância com o tempo e o projeto foi descontinuado, assim como outros similares. Ainda assim, a veiculação de “teleaulas” ocupou e ocupa a grade de emissoras educativas em diferentes proporções com o passar do tempo, mas não adquiriu primazia em toda a programação.

E o rádio educativo? Talvez pelo caráter ainda mais ágil da comunicação desse meio, também não teve sucesso, nele, o modelo de “teleaulas”. Zucoloto (2010) propõe uma periodização do rádio educativo no Brasil, à qual estariam associadas mudanças na estrutura básica de programação. Uma primeira fase iria de 1922 até meados da década de 1930, com a constitui-



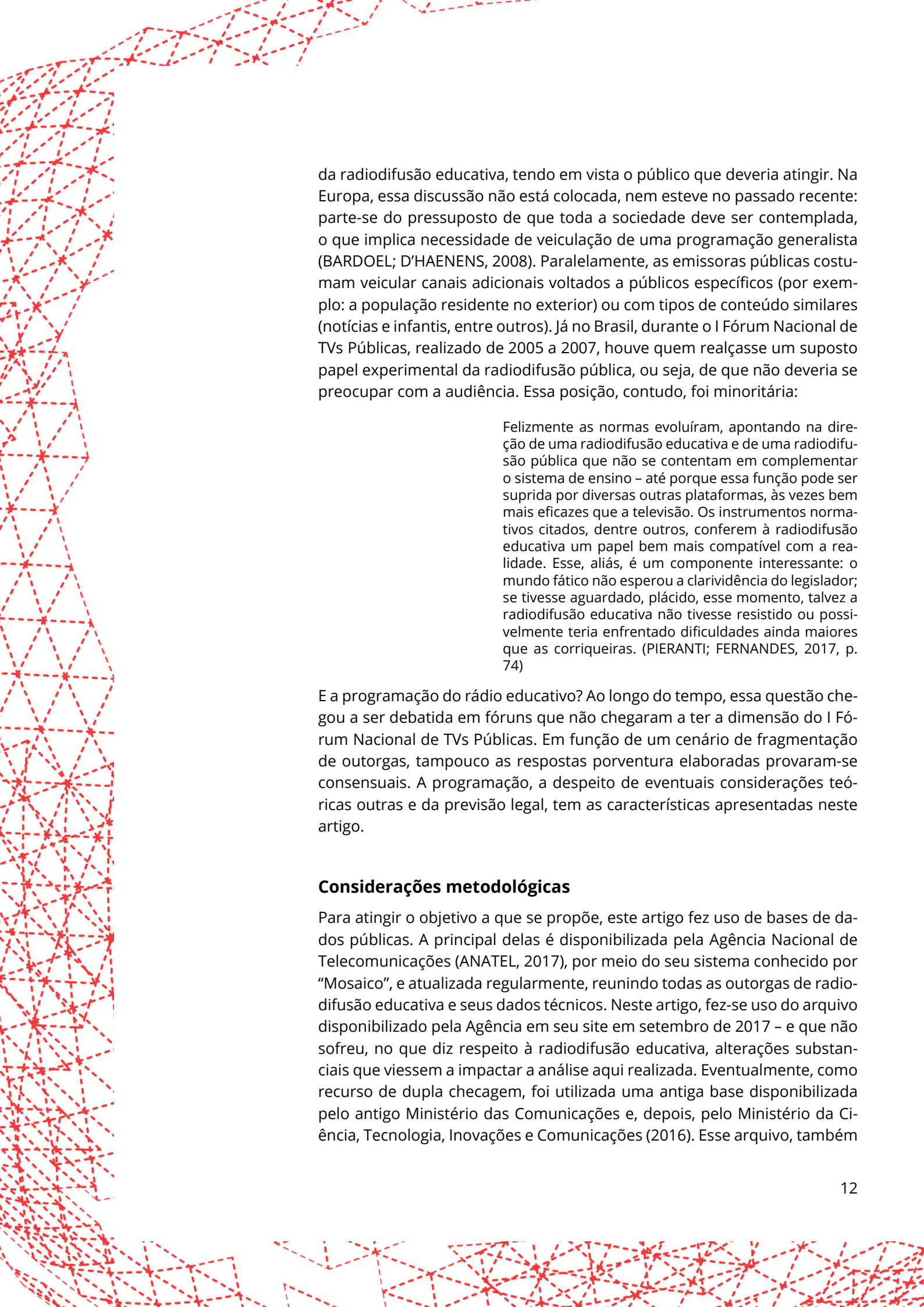
ção do meio. Na segunda (de meados da década de 1930 a meados da década de 1950), almejava-se o ensino por meio das emissoras, buscando-se o apoio de outros meios, como, por exemplo, livros e cartilhas que dialogavam com a programação. A autora aponta, ainda, a época de ouro do rádio educativo, durante as décadas de 1970 e até meados da de 1980 - a terceira fase -, quando se consolida o modelo de educação via rádio, sob influência dos programas e políticas públicas implementados durante o regime militar. Ainda nessa fase, ocorre a ocupação maciça da faixa de FM no Brasil. Por fim, a partir da década de 1990 e com maior ênfase nos anos seguintes, as emissoras educativas estariam aspirando a um modelo de radiodifusão pública.

O modelo de programação que prevaleceu na radiodifusão educativa brasileira envolve, portanto, um leque mais amplo de conteúdos, que inclui jornalismo, música, debates, programas de variedades, conteúdos esportivos, entre outros, supostamente, com um enfoque crítico e voltado à construção da cidadania, isto é, em tese, uma programação compatível com o que, na Europa, frequenta a grade do que se convencionou chamar de *Public Service Broadcasting* (PSB).

A possível transição da radiodifusão educativa rumo ao modelo de radiodifusão pública poderia ter começado com a previsão constitucional, a partir de 1988, de um sistema público. Como se sabe, este entrou em um novo estágio de definição a partir da publicação de medida provisória convertida na Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, que, entre outras medidas, disciplinou a radiodifusão pública prestada no âmbito federal e autorizou a criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC). No ano de 2010, por exemplo, quando Zucoloto (2010) concluiu a pesquisa citada acima, a adesão do rádio educativo ao modelo de radiodifusão pública era uma discussão em voga. Mais do que isso: parecia ser um caminho inequívoco, sem chances de retrocesso.

Quase uma década depois, entende-se que essa transição não se completou naquelas emissoras mantidas por governos estaduais, municipais, universidades e fundações de direito privado (PIERANTI; FERNANDES, 2017). O modelo internacionalmente consagrado de radiodifusão pública pressupõe salvaguardas voltadas a defender a independência das emissoras em relação a governos e ao mercado, como mecanismos de controle social e mandatos fixos para seus dirigentes. Nunca houve, no Brasil, instrumento legal que forçasse a adoção de medidas similares a essas por emissoras educativas, à exceção das federais geridas pela EBC. Mesmo nesse caso, porém, houve um retrocesso significativo com a publicação de medida provisória que alterou a Lei nº 11.652/08 e, entre outras medidas, extinguiu seu Conselho Curador e o mandato fixo do diretor-presidente da empresa.

Em termos de programação, durante a transição das emissoras federais rumo ao sistema público, entrou em pauta uma discussão sobre o papel



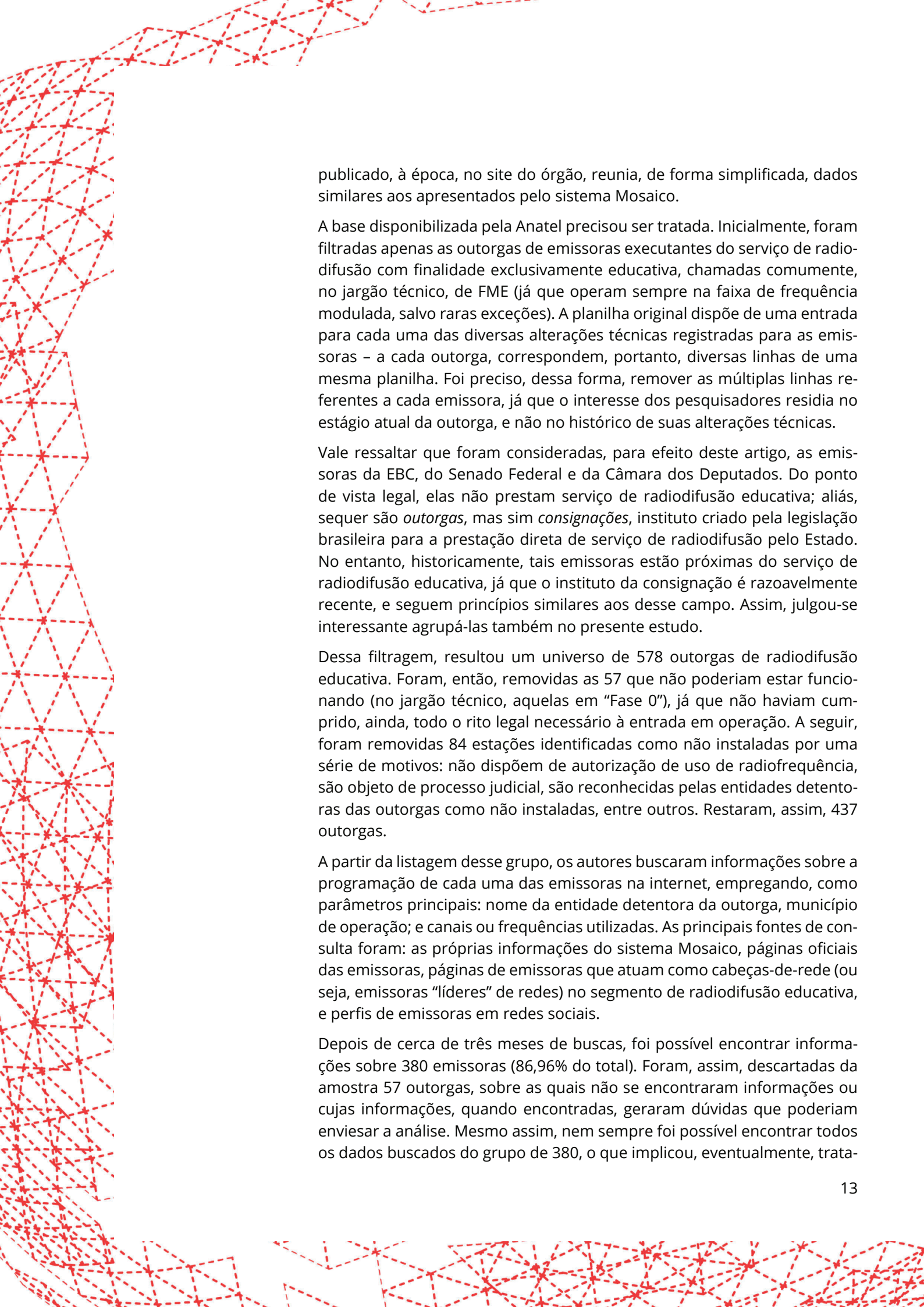
da radiodifusão educativa, tendo em vista o público que deveria atingir. Na Europa, essa discussão não está colocada, nem esteve no passado recente: parte-se do pressuposto de que toda a sociedade deve ser contemplada, o que implica necessidade de veiculação de uma programação generalista (BARDOEL; D'HAENENS, 2008). Paralelamente, as emissoras públicas costumam veicular canais adicionais voltados a públicos específicos (por exemplo: a população residente no exterior) ou com tipos de conteúdo similares (notícias e infantis, entre outros). Já no Brasil, durante o I Fórum Nacional de TVs Públicas, realizado de 2005 a 2007, houve quem realçasse um suposto papel experimental da radiodifusão pública, ou seja, de que não deveria se preocupar com a audiência. Essa posição, contudo, foi minoritária:

Felizmente as normas evoluíram, apontando na direção de uma radiodifusão educativa e de uma radiodifusão pública que não se contentam em complementar o sistema de ensino – até porque essa função pode ser suprida por diversas outras plataformas, às vezes bem mais eficazes que a televisão. Os instrumentos normativos citados, dentre outros, conferem à radiodifusão educativa um papel bem mais compatível com a realidade. Esse, aliás, é um componente interessante: o mundo fático não esperou a clarividência do legislador; se tivesse aguardado, plácido, esse momento, talvez a radiodifusão educativa não tivesse resistido ou possivelmente teria enfrentado dificuldades ainda maiores que as corriqueiras. (PIERANTI; FERNANDES, 2017, p. 74)

E a programação do rádio educativo? Ao longo do tempo, essa questão chegou a ser debatida em fóruns que não chegaram a ter a dimensão do I Fórum Nacional de TVs Públicas. Em função de um cenário de fragmentação de outorgas, tampouco as respostas porventura elaboradas provaram-se consensuais. A programação, a despeito de eventuais considerações teóricas outras e da previsão legal, tem as características apresentadas neste artigo.

Considerações metodológicas

Para atingir o objetivo a que se propõe, este artigo fez uso de bases de dados públicas. A principal delas é disponibilizada pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL, 2017), por meio do seu sistema conhecido por “Mosaico”, e atualizada regularmente, reunindo todas as outorgas de radiodifusão educativa e seus dados técnicos. Neste artigo, fez-se uso do arquivo disponibilizado pela Agência em seu site em setembro de 2017 – e que não sofreu, no que diz respeito à radiodifusão educativa, alterações substanciais que viessem a impactar a análise aqui realizada. Eventualmente, como recurso de dupla checagem, foi utilizada uma antiga base disponibilizada pelo antigo Ministério das Comunicações e, depois, pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (2016). Esse arquivo, também



publicado, à época, no site do órgão, reunia, de forma simplificada, dados similares aos apresentados pelo sistema Mosaico.

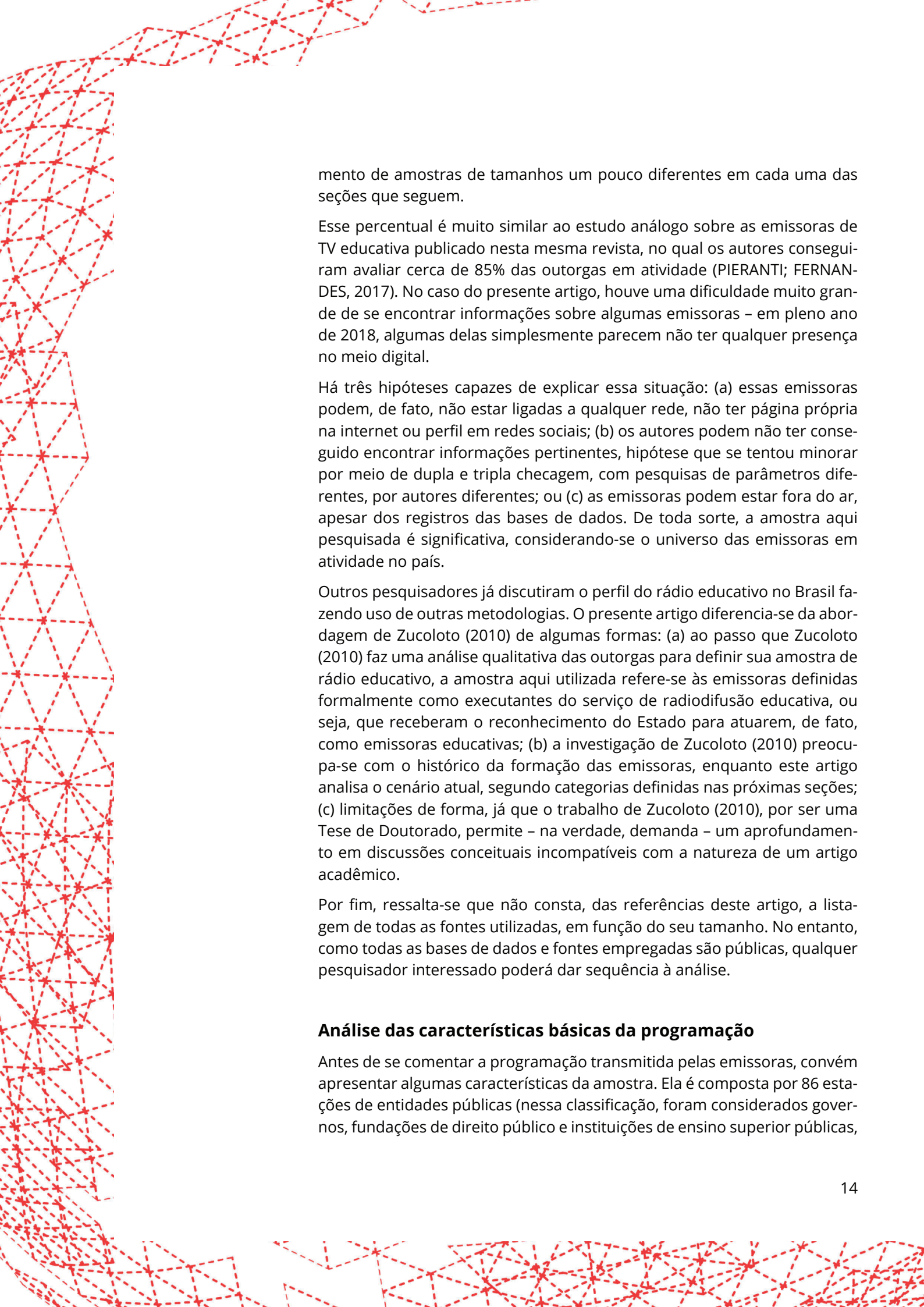
A base disponibilizada pela Anatel precisou ser tratada. Inicialmente, foram filtradas apenas as outorgas de emissoras executantes do serviço de radiodifusão com finalidade exclusivamente educativa, chamadas comumente, no jargão técnico, de FME (já que operam sempre na faixa de frequência modulada, salvo raras exceções). A planilha original dispõe de uma entrada para cada uma das diversas alterações técnicas registradas para as emissoras – a cada outorga, correspondem, portanto, diversas linhas de uma mesma planilha. Foi preciso, dessa forma, remover as múltiplas linhas referentes a cada emissora, já que o interesse dos pesquisadores residia no estágio atual da outorga, e não no histórico de suas alterações técnicas.

Vale ressaltar que foram consideradas, para efeito deste artigo, as emissoras da EBC, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. Do ponto de vista legal, elas não prestam serviço de radiodifusão educativa; aliás, sequer são *outorgas*, mas sim *consignações*, instituto criado pela legislação brasileira para a prestação direta de serviço de radiodifusão pelo Estado. No entanto, historicamente, tais emissoras estão próximas do serviço de radiodifusão educativa, já que o instituto da consignação é razoavelmente recente, e seguem princípios similares aos desse campo. Assim, julgou-se interessante agrupá-las também no presente estudo.

Dessa filtragem, resultou um universo de 578 outorgas de radiodifusão educativa. Foram, então, removidas as 57 que não poderiam estar funcionando (no jargão técnico, aquelas em “Fase 0”), já que não haviam cumprido, ainda, todo o rito legal necessário à entrada em operação. A seguir, foram removidas 84 estações identificadas como não instaladas por uma série de motivos: não dispõem de autorização de uso de radiofrequência, são objeto de processo judicial, são reconhecidas pelas entidades detentoras das outorgas como não instaladas, entre outros. Restaram, assim, 437 outorgas.

A partir da listagem desse grupo, os autores buscaram informações sobre a programação de cada uma das emissoras na internet, empregando, como parâmetros principais: nome da entidade detentora da outorga, município de operação; e canais ou frequências utilizadas. As principais fontes de consulta foram: as próprias informações do sistema Mosaico, páginas oficiais das emissoras, páginas de emissoras que atuam como cabeças-de-rede (ou seja, emissoras “líderes” de redes) no segmento de radiodifusão educativa, e perfis de emissoras em redes sociais.

Depois de cerca de três meses de buscas, foi possível encontrar informações sobre 380 emissoras (86,96% do total). Foram, assim, descartadas da amostra 57 outorgas, sobre as quais não se encontraram informações ou cujas informações, quando encontradas, geraram dúvidas que poderiam enviesar a análise. Mesmo assim, nem sempre foi possível encontrar todos os dados buscados do grupo de 380, o que implicou, eventualmente, trata-



mento de amostras de tamanhos um pouco diferentes em cada uma das seções que seguem.

Esse percentual é muito similar ao estudo análogo sobre as emissoras de TV educativa publicado nesta mesma revista, no qual os autores conseguiram avaliar cerca de 85% das outorgas em atividade (PIERANTI; FERNANDES, 2017). No caso do presente artigo, houve uma dificuldade muito grande de se encontrar informações sobre algumas emissoras – em pleno ano de 2018, algumas delas simplesmente parecem não ter qualquer presença no meio digital.

Há três hipóteses capazes de explicar essa situação: (a) essas emissoras podem, de fato, não estar ligadas a qualquer rede, não ter página própria na internet ou perfil em redes sociais; (b) os autores podem não ter conseguido encontrar informações pertinentes, hipótese que se tentou minorar por meio de dupla e tripla checagem, com pesquisas de parâmetros diferentes, por autores diferentes; ou (c) as emissoras podem estar fora do ar, apesar dos registros das bases de dados. De toda sorte, a amostra aqui pesquisada é significativa, considerando-se o universo das emissoras em atividade no país.

Outros pesquisadores já discutiram o perfil do rádio educativo no Brasil fazendo uso de outras metodologias. O presente artigo diferencia-se da abordagem de Zucoloto (2010) de algumas formas: (a) ao passo que Zucoloto (2010) faz uma análise qualitativa das outorgas para definir sua amostra de rádio educativo, a amostra aqui utilizada refere-se às emissoras definidas formalmente como executantes do serviço de radiodifusão educativa, ou seja, que receberam o reconhecimento do Estado para atuarem, de fato, como emissoras educativas; (b) a investigação de Zucoloto (2010) preocupa-se com o histórico da formação das emissoras, enquanto este artigo analisa o cenário atual, segundo categorias definidas nas próximas seções; (c) limitações de forma, já que o trabalho de Zucoloto (2010), por ser uma Tese de Doutorado, permite – na verdade, demanda – um aprofundamento em discussões conceituais incompatíveis com a natureza de um artigo acadêmico.

Por fim, ressalta-se que não consta, das referências deste artigo, a listagem de todas as fontes utilizadas, em função do seu tamanho. No entanto, como todas as bases de dados e fontes empregadas são públicas, qualquer pesquisador interessado poderá dar sequência à análise.

Análise das características básicas da programação

Antes de se comentar a programação transmitida pelas emissoras, convém apresentar algumas características da amostra. Ela é composta por 86 estações de entidades públicas (nessa classificação, foram considerados governos, fundações de direito público e instituições de ensino superior públicas,

bem como fundações de direito privado a ligadas a essas instituições), e por 294 estações mantidas por fundações de direito privado não ligadas a entes públicos e por outras entidades sem caráter público. Assim, considerando-se a amostra de 380 estações, tem-se que 22,63% são mantidas por entidades de direito público, e as demais por entidades de direito privado. Essas estações estão localizadas em todos os estados e no Distrito Federal.

Vale observar, também, a distribuição geográfica da amostra utilizada. Chama atenção o percentual mais elevado de emissoras na região Sudeste, havendo maior número de estações nos estados de Minas Gerais (61 emissoras), São Paulo (54), Ceará (30) e Pernambuco (20). Assim, as estações existentes em apenas quatro estados da federação equivalem a 43,42% da amostra.

Tabela 1 - Distribuição geográfica da amostra de emissoras

Região geográfica	Número de emissoras	Percentual de emissoras
Sul	53	13,9
Sudeste	141	37,1
Centro-Oeste	38	10
Nordeste	109	28,7
Norte	39	10,3
Total	380	100

Fonte: Elaboração dos autores.

A distribuição geográfica das emissoras de rádio é sensivelmente diferente, se comparada ao cenário da TV educativa. A amostra estudada por Pieranti e Fernandes (2017) englobava 19,9% das emissoras no Sul; 53,9% no Sudeste; 7,8% no Centro-Oeste; 14,2% no Nordeste; e 4,3% no Norte. Conforme observado na Tabela 1, a distribuição das emissoras de rádio é menos concentrada em uma macrorregião específica. Essa é apenas uma das diversas diferenças entre ambos os serviços.

Outra diz respeito à formação das redes. O principal critério adotado para delinear as redes foi o da “autodeclaração”, já que as emissoras, em suas páginas oficiais, costumam mencionar se estão retransmitindo alguma programação em específico. Também foram analisadas as relações de emissoras afiliadas disponibilizadas pelas principais redes de rádio.

No estudo citado sobre as emissoras de TV educativa, foi verificado que apenas 18 das constantes da amostra (12,8%) não eram afiliadas a nenhuma rede. O percentual baixo está, possivelmente, relacionado aos altos custos para a produção de programação para a TV. Não se trata, apenas, de custo com a produção de conteúdo em si; afinal, em tese, quanto mais horas de programação própria, maior devem ser o quadro de pessoal e as instalações necessárias.

Em uma estação de rádio, os custos de produção e de manutenção de infraestrutura tendem a ser sensivelmente inferiores aos de emissoras de TV. Isso pode ajudar a explicar, em parte, o percentual bem maior de emissoras educativas que não se caracterizam como integrantes de nenhuma rede. Além disso, a relação do meio rádio com uma comunicação local pode, também, esclarecer essa preferência pela não adesão a redes. A Tabela 2 registra esse cenário:

Tabela 2 – Afiliação a redes das emissoras de rádio educativo

Rede	Em. "Públicas"	Em. "Privadas"	Total
Sem afiliação	60	209	269
Rádio Senado	10	-	10
RBC	-	10	10
Sara Brasil	-	8	8
Nossa Rádio SP	-	6	6
SIM	-	6	6
Boas Novas	-	5	5
Outras	15	41	56
Sem informação	1	9	10
Total	86	294	380

Fonte: Elaborado pelos autores.

A tabela sugere algumas conclusões. A primeira delas: mais de dois terços das emissoras da amostra não são afiliadas a qualquer rede, operando de forma independente. Essa característica, por um lado, reforça o caráter local da comunicação do meio rádio, bem como maior abertura à programação local, estímulo ao mercado, geração de empregos e, a depender dos conteúdos veiculados, abertura de espaço para a produção independente. Por outro, gera um questionamento sobre a capacidade de atração das redes existentes no país. Uma hipótese plausível para explicar esse cenário seria, por exemplo, a inexistência de uma programação-base capaz de atrair grande parte da audiência em distintas localidades.

Outra conclusão diz respeito à plena separação entre as redes públicas e privadas. No caso da TV educativa, existem emissoras mantidas por entidades de direito privado que se afiliam a redes públicas (PIERANTI; FERNANDES, 2017). No caso do rádio educativo, isso não foi verificado. Nesse meio, também se observou que cada rede pública é composta apenas por emissoras de uma mesma entidade.

Na TV educativa, as emissoras TV Brasil, TV Cultura e Rede Minas eram as principais referências na composição de redes (PIERANTI; FERNANDES, 2017). No rádio, observa-se uma pulverização de redes, às quais se afiliam, quando muito, 10 emissoras da amostra. Foram contabilizadas, neste estudo, pelo menos 37 redes, várias das quais restritas a emissoras de uma mesma entidade. A Universidade de São Paulo e a Universidade de Passo

Fundo, por exemplo, estruturam suas redes apenas em torno de suas próprias emissoras, a julgar pela amostra verificada.

De todas as 37 redes, 14 veiculam programação eminentemente religiosa, ligada a denominações distintas, mesmo que intercalada com conteúdos que não tenham necessariamente essa característica. Ainda assim, de um total de 101 emissoras com programação eminentemente religiosa (26,6% da amostra), pelo menos 52 não se apresentam como associadas a qualquer rede de rádio. Do ponto de vista legal, já se ressaltou, neste artigo, que as normas vigentes no país vedam o proselitismo de qualquer sorte na radiodifusão educativa, mas não definem esse conceito.

Alguns pesquisadores têm apontado aumento de emissoras religiosas no Brasil. Campos (2008) registrou a existência de, pelo menos, 11 redes de TV religiosas em 2008. Aires et al. (2017) ressaltaram que, de 2006 a 2017, o número de geradoras e de retransmissoras de TV ligadas a entidades religiosas saltou de 1.687 para 2.841 – um crescimento de 69%. Desse total, 40% manteriam vínculos com dioceses, associações e comunidades da Igreja Católica. Além disso, pelo menos 11 denominações evangélicas já controlariam emissoras e retransmissoras de TV em todo o país (AIRES et al., 2017). Pieranti e Fernandes (2017) ressaltaram que integrar redes religiosas, aí encaradas em conjunto, era a quarta opção do universo de todas as emissoras de TV educativa (depois de TV Brasil, TV Cultura e Rede Minas) e a primeira opção, se considerada apenas a amostra de outorgas educativas mantidas por entidades de direito privado.

No rádio educativo, a adesão a redes religiosas não chega a ser um caminho tão natural para entidades de direito privado quanto aparenta ser na TV educativa. Ainda assim, é uma alternativa muito relevante. Como se verifica na Tabela 2, entre as 7 redes com mais emissoras afiliadas, 4 têm programação eminentemente religiosa.

A Tabela 3, a seguir, apresenta um ranking dos estados com maior número de emissoras afiliadas a redes religiosas:

Tabela 3 - Estados com maior número de emissoras afiliadas a redes religiosas

UF	Total de emissoras
PE	11
AL	6
PR	4
RJ	4
Outros	24

Fonte: Elaborado pelos autores.

Assim, o fenômeno de afiliação a redes religiosas é mais comum nos estados de Pernambuco e Alagoas. Vale ressaltar, no entanto, que a totalização serve apenas a título de ilustração, já que cada uma dessas redes deve ser encarada de forma individualizada, vinculada a uma religião ou corrente específica.

Ainda sobre o tema, vale dizer que a presença de emissoras educativas com programação eminentemente religiosa é preponderante em alguns estados. Das 7 emissoras analisadas em Alagoas, 6 têm esse enfoque (a exceção é a emissora ligada ao governo estadual); no Mato Grosso, 3 das 5; em Pernambuco, 13 das 20.

Tentou-se observar, também, a aderência das emissoras a outro princípio legal da radiodifusão educativa, qual seja, a sua vinculação a processos educacionais, construção da cidadania e comportamento crítico. Um elemento importante para essa análise diz respeito à preponderância, na programação, de debates e de conteúdos relacionados com o processo formal de educação.

Por óbvio, nem sempre é possível definir com precisão os limites desse critério. Assim, optou-se por uma solução mais objetiva: verificar se a programação da emissora era composta majoritariamente por música. O resultado consta da Tabela 4:

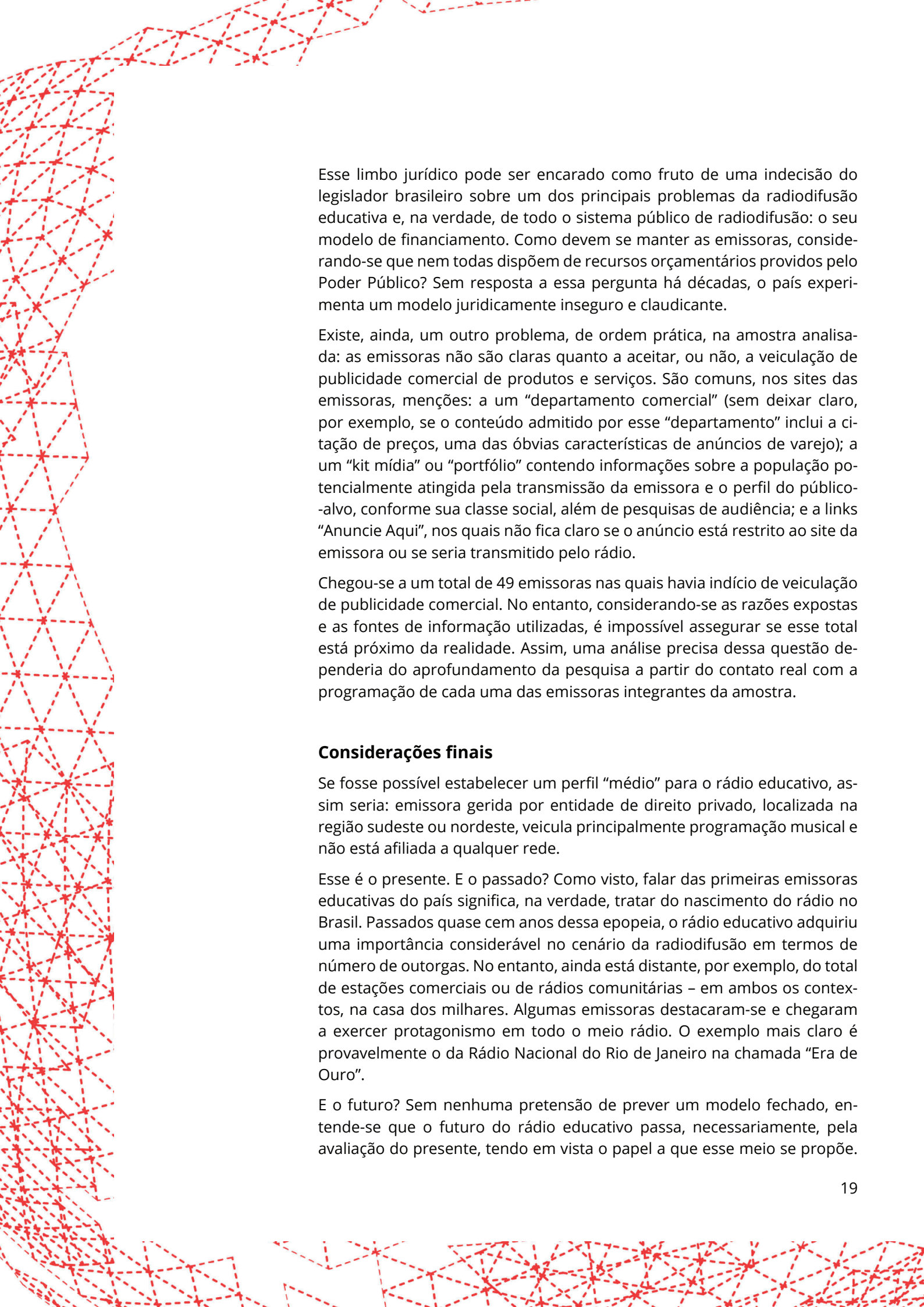
Tabela 4 – Emissoras que veiculam preponderantemente conteúdo musical

Região geográfica	Sim	Não
Sul	37	1
Sudeste	108	12
Centro-Oeste	19	13
Nordeste	54	30
Norte	18	12
Total	236	68

Fonte: Elaborado pelos autores.

Em 76 casos, não foi possível chegar a uma conclusão sobre a preponderância ou não de música na programação, normalmente em função tanto da indisponibilidade nas fontes consultadas, como da grade de programação completa da emissora ou de informações conclusivas sobre ela. Assim, considerando a amostra analisada, verifica-se que em todas as macrorregiões geográficas preponderam as emissoras cuja programação é composta majoritariamente por músicas. No Sul e no Sudeste, o percentual de emissoras com esse perfil é maior que nas demais regiões.

Por fim, buscou-se verificar o percentual de emissoras educativas que veiculam publicidade comercial. O primeiro problema, nesse caso, é conceitual: a Portaria nº 4.335/2015 não define o que é “publicidade comercial”. Mais do que isso, sequer aborda o modelo de financiamento previsto para a radiodifusão educativa. É certo que o Decreto-lei nº 236/1967 veda a transmissão de propaganda direta ou indireta – no caso da TV educativa; também é certo que a Lei nº 11.652/2008 admite a publicidade institucional de entidades de direito público e de direito privado, vedada a veiculação de anúncios sobre serviços e produtos – no caso das emissoras da EBC. O que vale, porém, para as centenas de emissoras de rádio educativo que não são geridas pela EBC?



Esse limbo jurídico pode ser encarado como fruto de uma indecisão do legislador brasileiro sobre um dos principais problemas da radiodifusão educativa e, na verdade, de todo o sistema público de radiodifusão: o seu modelo de financiamento. Como devem se manter as emissoras, considerando-se que nem todas dispõem de recursos orçamentários providos pelo Poder Público? Sem resposta a essa pergunta há décadas, o país experimenta um modelo juridicamente inseguro e claudicante.

Existe, ainda, um outro problema, de ordem prática, na amostra analisada: as emissoras não são claras quanto a aceitar, ou não, a veiculação de publicidade comercial de produtos e serviços. São comuns, nos sites das emissoras, menções: a um “departamento comercial” (sem deixar claro, por exemplo, se o conteúdo admitido por esse “departamento” inclui a citação de preços, uma das óbvias características de anúncios de varejo); a um “kit mídia” ou “portfólio” contendo informações sobre a população potencialmente atingida pela transmissão da emissora e o perfil do público-alvo, conforme sua classe social, além de pesquisas de audiência; e a links “Anuncie Aqui”, nos quais não fica claro se o anúncio está restrito ao site da emissora ou se seria transmitido pelo rádio.

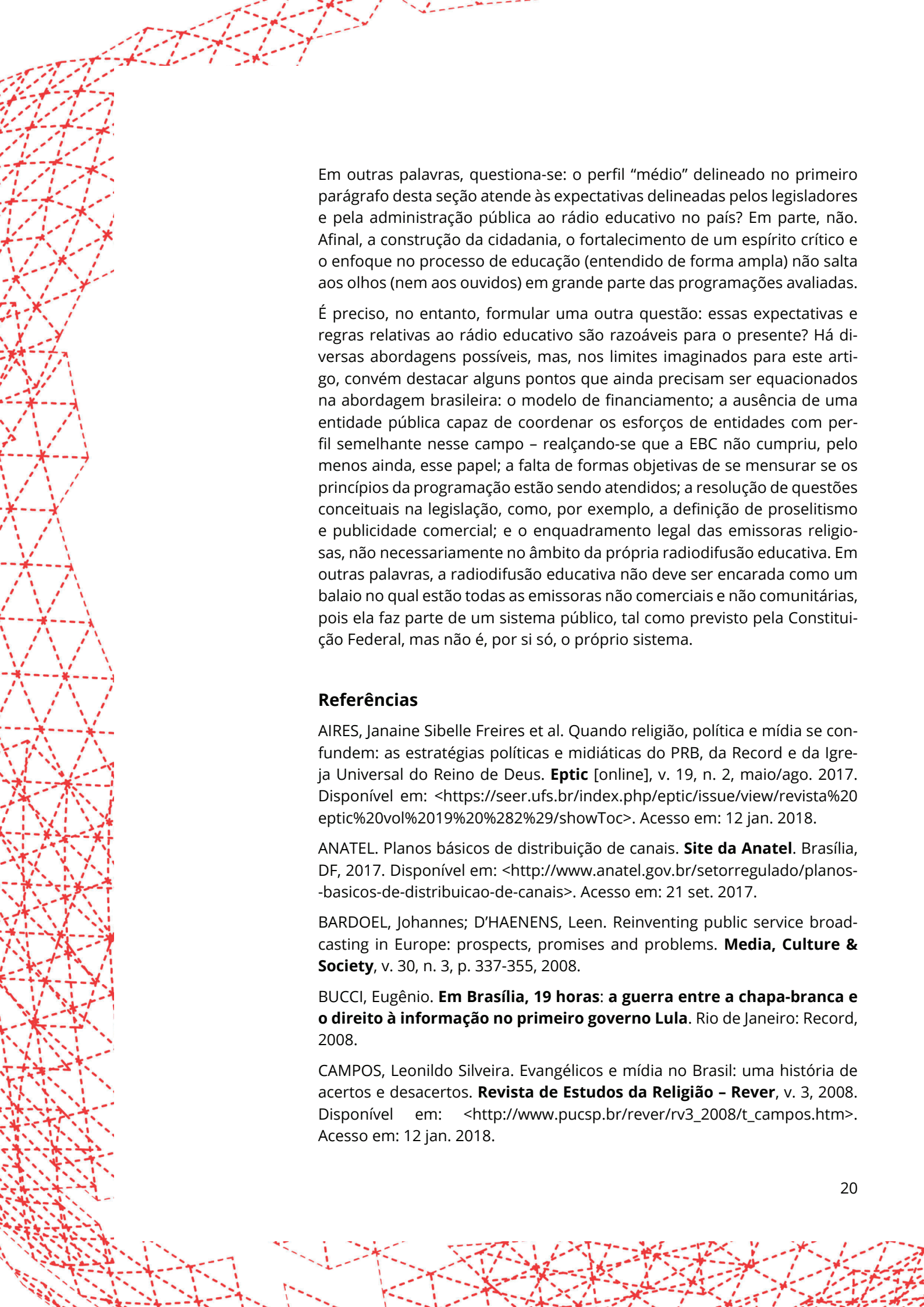
Chegou-se a um total de 49 emissoras nas quais havia indício de veiculação de publicidade comercial. No entanto, considerando-se as razões expostas e as fontes de informação utilizadas, é impossível assegurar se esse total está próximo da realidade. Assim, uma análise precisa dessa questão dependeria do aprofundamento da pesquisa a partir do contato real com a programação de cada uma das emissoras integrantes da amostra.

Considerações finais

Se fosse possível estabelecer um perfil “médio” para o rádio educativo, assim seria: emissora gerida por entidade de direito privado, localizada na região sudeste ou nordeste, veicula principalmente programação musical e não está afiliada a qualquer rede.

Esse é o presente. E o passado? Como visto, falar das primeiras emissoras educativas do país significa, na verdade, tratar do nascimento do rádio no Brasil. Passados quase cem anos dessa epopeia, o rádio educativo adquiriu uma importância considerável no cenário da radiodifusão em termos de número de outorgas. No entanto, ainda está distante, por exemplo, do total de estações comerciais ou de rádios comunitárias – em ambos os contextos, na casa dos milhares. Algumas emissoras destacaram-se e chegaram a exercer protagonismo em todo o meio rádio. O exemplo mais claro é provavelmente o da Rádio Nacional do Rio de Janeiro na chamada “Era de Ouro”.

E o futuro? Sem nenhuma pretensão de prever um modelo fechado, entende-se que o futuro do rádio educativo passa, necessariamente, pela avaliação do presente, tendo em vista o papel a que esse meio se propõe.



Em outras palavras, questiona-se: o perfil “médio” delineado no primeiro parágrafo desta seção atende às expectativas delineadas pelos legisladores e pela administração pública ao rádio educativo no país? Em parte, não. Afinal, a construção da cidadania, o fortalecimento de um espírito crítico e o enfoque no processo de educação (entendido de forma ampla) não salta aos olhos (nem aos ouvidos) em grande parte das programações avaliadas.

É preciso, no entanto, formular uma outra questão: essas expectativas e regras relativas ao rádio educativo são razoáveis para o presente? Há diversas abordagens possíveis, mas, nos limites imaginados para este artigo, convém destacar alguns pontos que ainda precisam ser equacionados na abordagem brasileira: o modelo de financiamento; a ausência de uma entidade pública capaz de coordenar os esforços de entidades com perfil semelhante nesse campo – realçando-se que a EBC não cumpriu, pelo menos ainda, esse papel; a falta de formas objetivas de se mensurar se os princípios da programação estão sendo atendidos; a resolução de questões conceituais na legislação, como, por exemplo, a definição de proselitismo e publicidade comercial; e o enquadramento legal das emissoras religiosas, não necessariamente no âmbito da própria radiodifusão educativa. Em outras palavras, a radiodifusão educativa não deve ser encarada como um balaio no qual estão todas as emissoras não comerciais e não comunitárias, pois ela faz parte de um sistema público, tal como previsto pela Constituição Federal, mas não é, por si só, o próprio sistema.

Referências

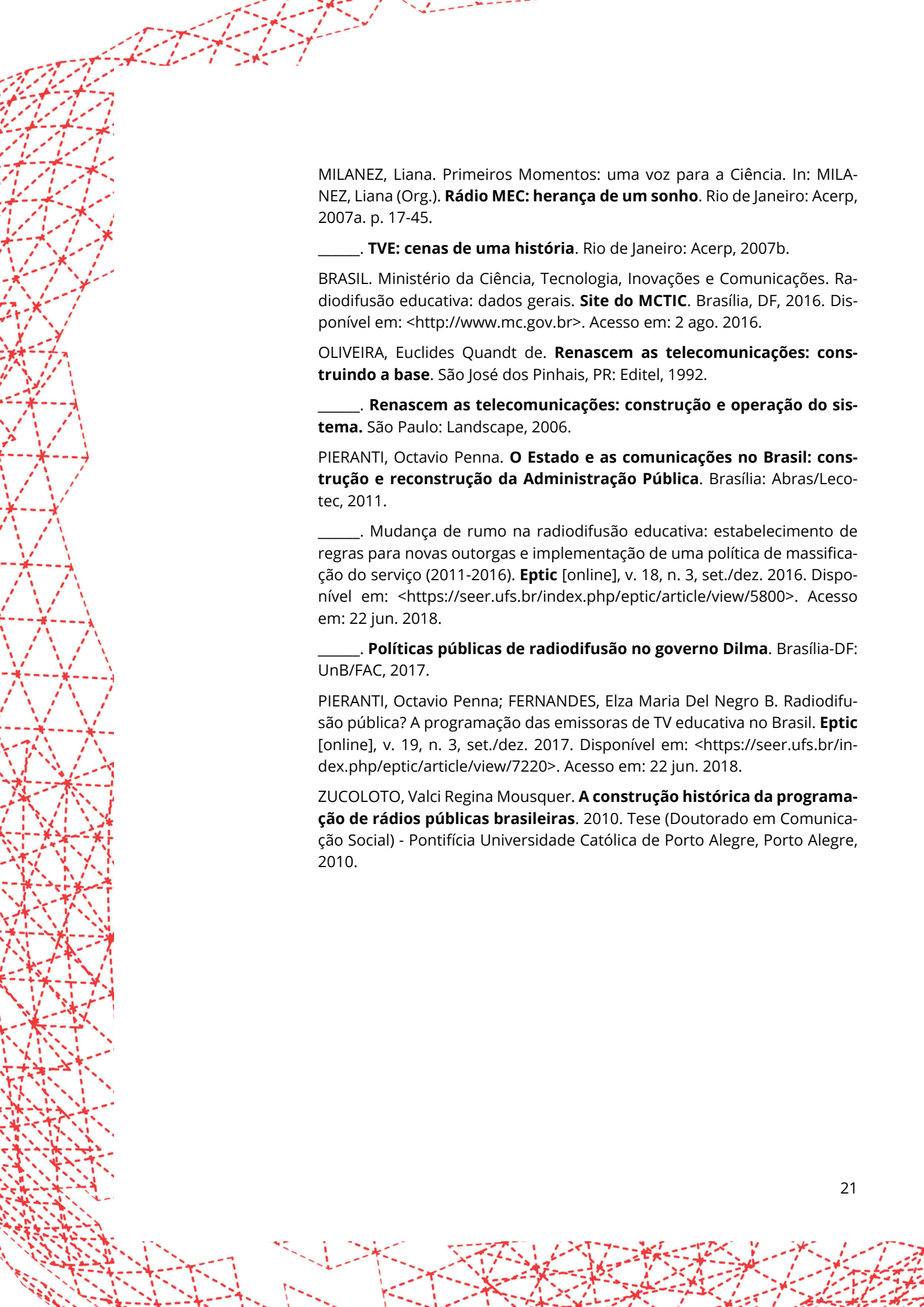
AIRES, Janaine Sibelle Freires et al. Quando religião, política e mídia se confundem: as estratégias políticas e midiáticas do PRB, da Record e da Igreja Universal do Reino de Deus. **Eptic** [online], v. 19, n. 2, maio/ago. 2017. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/eptic/issue/view/revista%20eptic%20vol%2019%20%282%29/showToc>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

ANATEL. Planos básicos de distribuição de canais. **Site da Anatel**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <<http://www.anatel.gov.br/setorregulado/planos-basicos-de-distribuicao-de-canais>>. Acesso em: 21 set. 2017.

BARDOEL, Johannes; D’HAENENS, Leen. Reinventing public service broadcasting in Europe: prospects, promises and problems. **Media, Culture & Society**, v. 30, n. 3, p. 337-355, 2008.

BUCCI, Eugênio. **Em Brasília, 19 horas: a guerra entre a chapa-branca e o direito à informação no primeiro governo Lula**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

CAMPOS, Leonildo Silveira. Evangélicos e mídia no Brasil: uma história de acertos e desacertos. **Revista de Estudos da Religião – Rever**, v. 3, 2008. Disponível em: <http://www.pucsp.br/rever/rv3_2008/t_campos.htm>. Acesso em: 12 jan. 2018.



MILANEZ, Liana. Primeiros Momentos: uma voz para a Ciência. In: MILANEZ, Liana (Org.). **Rádio MEC: herança de um sonho**. Rio de Janeiro: Acerp, 2007a. p. 17-45.

_____. **TVE: cenas de uma história**. Rio de Janeiro: Acerp, 2007b.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Radiodifusão educativa: dados gerais. **Site do MCTIC**. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <<http://www.mc.gov.br>>. Acesso em: 2 ago. 2016.

OLIVEIRA, Euclides Quandt de. **Renascem as telecomunicações: construindo a base**. São José dos Pinhais, PR: Editel, 1992.

_____. **Renascem as telecomunicações: construção e operação do sistema**. São Paulo: Landscape, 2006.

PIERANTI, Octavio Penna. **O Estado e as comunicações no Brasil: construção e reconstrução da Administração Pública**. Brasília: Abras/Lecotec, 2011.

_____. Mudança de rumo na radiodifusão educativa: estabelecimento de regras para novas outorgas e implementação de uma política de massificação do serviço (2011-2016). **Eptic** [online], v. 18, n. 3, set./dez. 2016. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/5800>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

_____. **Políticas públicas de radiodifusão no governo Dilma**. Brasília-DF: UnB/FAC, 2017.

PIERANTI, Octavio Penna; FERNANDES, Elza Maria Del Negro B. Radiodifusão pública? A programação das emissoras de TV educativa no Brasil. **Eptic** [online], v. 19, n. 3, set./dez. 2017. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/7220>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

ZUCOLOTO, Valci Regina Mousquer. **A construção histórica da programação de rádios públicas brasileiras**. 2010. Tese (Doutorado em Comunicação Social) - Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre, Porto Alegre, 2010.